

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.240 - PR (2019/0335084-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE : EDAIR NASCIMENTO SANTA CLARA**  
**RECORRENTE : LUCIR DO ROCIO CASTILHO**  
**ADVOGADO : EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN - PR032845**  
**RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ**

## **EMENTA**

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA. IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA ANTES DO JULGAMENTO DO RESP N. 1.704.520/MT, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. EXISTÊNCIA DE DÚVIDA RAZOÁVEL ACERCA DO RECURSO CABÍVEL. RECURSO PROVIDO.

## **DECISÃO**

Cuida-se, na origem, de mandado de segurança impetrado por Eclair Nascimento Santa Clara e outra contra ato, tido por ilegal, da lavra do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, o qual reconheceu a incompetência do juízo para processar e julgar a causa, remetendo os autos para o foro do Rio de Janeiro-RJ, por ser o local da sede da Petros.

A pretensão deduzida no *writ* sustentou a existência de direito líquido e certo, em decorrência do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, que reconhece o foro onde os beneficiários laboram para a patrocinadora, como o competente para o ajuizamento de ação em desfavor da entidade fechada de previdência privada. Assim, pretenderam a fixação da competência do Juízo de Araucária-PR para o julgamento do pedido de revisão do valor que recebem a título de pensão, por ser o foro do local em que os ex-empregados da Petrobrás, já falecidos, Nelci Castilho e Sebastião Santa Clara, prestaram serviços à empresa.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná denegou a ordem, ao fundamento de que "o mandado de segurança não é meio adequado para impugnar tal decisão judicial" (e-STJ, fl. 145), uma vez que não se está diante de: a) decisão judicial manifestamente ilegal

ou teratológica; b) decisão judicial contra a qual não caiba recurso; c) hipótese de recurso desprovido de efeito suspensivo, ou, d) quando impetrado por terceiro prejudicado por decisão judicial. As conclusões do julgado foram resumidas na seguinte ementa (e-STJ, fl. 149):

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA – PETROS. DECISÃO JUDICIAL QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA PARA JULGAR A DEMANDA PREVIDENCIÁRIA E DETERMINOU A REMESSA DOS AUTOS À COMARCA DO RIO DE JANEIRO/RJ. CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO (EXCEPCIONALMENTE) E DE APELAÇÃO. VEDAÇÃO À IMPETRAÇÃO DO *WRIT* COMO SUCEDÂNEO RECURSAL – EXEGESE DO ART. 5º, II DA LEI 12.016/2009 E DA SÚMULA 267 DO STF – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE TERATOLOGIA, ILEGALIDADE OU ABUSIVIDADE DO ATO JUDICIAL – OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO COMPROVADO. PRECEDENTE DESTA CÂMARA. ORDEM DENEGADA.

Nas razões deste recurso ordinário, as recorrentes alegam que a decisão que determinou a remessa dos autos ao foro da sede da entidade de previdência privada envolve competência territorial, que é relativa, para a qual, quando da impetração do mandado de segurança, em 19/6/2017, não havia previsão legal no Novo Código de Processo Civil acerca do recurso cabível. Logo, ante a ausência de um meio de impugnação apropriado, no rol taxativo do agravo de instrumento (CPC/2015, art. 1.015), alegam que não lhes restou outra alternativa senão a impetração do mandado de segurança.

Sustentam que deve ser considerada, ainda, "a possibilidade de lhes ser causado dano de difícil ou impossível reparação (não seguindo, portanto, a regra das decisões interlocutórias irrecorríveis), se os autos forem remetidos a outro Estado da Federação, no caso em comento a Comarca do Rio de Janeiro, ou seja, pode gerar prejuízo imediato às recorrentes, visto que são aposentadas, maiores de 60 anos, sobretudo por se tratar de matéria envolvendo verbas previdenciárias e de natureza alimentar" (e-STJ, fl. 277).

Afirmam que, segundo a orientação jurisprudencial assente nesta Corte, "os ex-empregados podem optar pelo ajuizamento de ação em face da entidade de previdência

# Superior Tribunal de Justiça

privada no foro do domicílio da ré, no eventual foro de eleição, ou no foro do local onde laborou para a patrocinadora do plano de benefícios" (e-STJ, fl. 285).

Sob esse enfoque, ressaltam que, se os autos forem remetidos ao Estado do Rio de Janeiro, ocorrerá a perda de seu direito líquido e certo de dar andamento à demanda corretamente ajuizada no foro competente, em afronta aos princípios da economia e da efetividade do processo.

Por fim, requerem que seja "conhecido e provido o presente recurso ordinário, para que seja sanada a questão denegatória da petição inicial, sendo devidamente conhecido o mandamus e, consequentemente, apreciado o seu mérito por este Superior Tribunal de Justiça, nos termos dos dispositivos legais supracitados, por medida de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional" (e-STJ, fl. 287).

Não foram oferecidas contrarrazões (e-STJ, fl. 296)

Instado, o Ministério Público Federal opinou no sentido do provimento do recurso (e-STJ, fls. 304-309).

Brevemente relatado, decido.

Trata-se, originariamente, de ação que se insurge contra os cálculos de pensão complementar por morte paga pelo Fundo de Previdência da Petrobrás - PETROS. As recorrentes impetraram *mandamus* para atacar ato judicial que declinou da competência e determinou a remessa dos autos ao Juízo cível do Estado do Rio de Janeiro, por ser o local da sede da referida entidade de previdência privada.

Com efeito, o mandado de segurança é ação constitucional voltada para a proteção de direito líquido e certo contra ato abusivo ou ilegal de autoridade pública ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (CF, art. 5º, LXIX), não podendo, em regra, ser utilizado como sucedâneo recursal.

Nesse sentido, o art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009 dispõe que "não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo". Além disso, a Súmula 267/STF estabelece que "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".

# *Superior Tribunal de Justiça*

É certo que a doutrina e a jurisprudência majoritárias admitem o manejo do mandado de segurança contra ato judicial, pelo menos em relação às seguintes hipóteses excepcionais: a) decisão judicial teratológica; b) decisão judicial contra a qual não caiba recurso; c) para imprimir efeito suspensivo a recurso desprovido de tal efeito; e d) quando impetrado por terceiro prejudicado por decisão judicial.

No caso em análise, na esteira de precedentes deste Tribunal, foi reconhecida a existência de dúvida razoável acerca do recurso cabível, na vigência do do CPC/2015, contra decisão declinatoria de competência, por não estar a hipótese elencada no rol do art. 1.015, o qual prevê as situações que podem ser impugnadas por agravo de instrumento. A propósito, cito: REsp n. 1.679.909/RS, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/2/2018 e REsp n. 1.700.308/PB, Relator o Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 23/5/2018.

Além disso, a Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça decidiu, no julgamento do REsp n. 1.704.520/MT, representativo de controvérsia, sob a relatoria da Ministra Nancy Andrighi, DJe de 18/12/2018, que o rol do art. 1.015 do NCPC é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição do agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias

proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as "situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação".

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.

9- Recurso especial conhecido e provido.

Nesse contexto, diante da existência de dúvida razoável sobre o cabimento de agravo de instrumento no momento da impetração, há que ser acolhido, na hipótese, o uso

# Superior Tribunal de Justiça

do *mandamus* contra o ato judicial que declinou a competência para o julgamento da ação para o Juízo em que situada a sede da entidade previdenciária, não havendo que se falar na sua utilização como sucedâneo recursal.

A mesma solução foi encaminhada em casos análogos ao presente, consoante se infere dos precedentes abaixo:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MPF. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA. IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA ANTES DO JULGAMENTO DO RESPS 1.696.396/MT e 1.704.520/MT. CABIMENTO. MODULAÇÃO DA TESE DA TAXATIVIDADE MITIGADA. 1. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado contra decisão da Justiça Federal que, em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, declinou da competência para a Justiça Estadual. 2. O TRF da 3ª Região indeferiu liminarmente o *writ*, sob o fundamento de que, mesmo não estando essa decisão sujeita a Agravo de Instrumento, o Mandado de Segurança só é admissível quando não couber recurso com efeito suspensivo; e quando a decisão impugnada for teratológica, ilegal ou abusiva, além de ser apta a causar dano irreparável ou de difícil reparação. 3. No julgamento dos Recursos Especiais nº 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, a Corte Especial adotou o entendimento de que "o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação". Na ocasião, os efeitos dessa decisão foram modulados, para estabelecer que "a tese jurídica somente se aplicará às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão", o que ocorreu em 19.12.2018. 4. Embora no caso dos autos a decisão interlocutória tenha sido proferida em 2016, essa circunstância não pode prejudicar o recorrente, pois, como afirmado na ementa desse precedente da Corte Especial, a modulação foi estabelecida precisamente para que não "haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo". Foi exatamente o que aconteceu no caso: o Ministério Público ajuizou o Mandado de Segurança sob o argumento de que "consoante entendimento que vem se formando na doutrina e na jurisprudência nacional, o rol do citado artigo é taxativo e não comporta interpretação extensiva". 5. A impugnação de decisão judicial pela via do Mandado de Segurança não deve ser estimulada, sob pena de desmontar a taxatividade estabelecida pelo CPC/2015, mas, no caso dos autos, a decisão interlocutória impugnada foi uma declinação de competência, ou seja, a mesma decisão que estava em debate nos Recursos

# Superior Tribunal de Justiça

Especiais 1.696.396/MT e 1.704.520/MT. A Ministra Nancy Andrichi, Relatora, disse na ocasião que "[o] exemplo mais evidente dessa circunstância nociva é, sem dúvida, a questão relacionada à competência".

6. No caso dos autos, a declinação da competência se deu em razão de a União ter manifestado desinteresse em ingressar no feito, embora a Ação de Improbidade tenha sido ajuizada pelo MPF e envolva convênio com o Ministério do Turismo. Sendo esse o caso, é de se ressaltar - embora isso não esteja em discussão neste momento - que essa decisão está em confronto com o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido: "a presença do Ministério Público Federal no polo ativo da ação civil pública implica, por si só, a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, supramencionado, tendo em vista que se trata de instituição federal" (AgInt no CC 157.073/SP, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, julgado em 13.3.2019, DJe 22.3.2019).

7. Recurso Ordinário provido, para anular o acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que decida o mérito do Mandado de Segurança proposto pelo Ministério Público Federal.

(RMS n. 60.367/SP, Relator o Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 18/10/2019);

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO JUDICIAL QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA. RECURSO CABÍVEL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DÚVIDA RAZOÁVEL. CABIMENTO DO *MANDAMUS*. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. INEXISTÊNCIA. INVIABILIDADE DO MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A doutrina e a jurisprudência majoritárias admitem o manejo do mandado de segurança contra ato judicial, pelo menos em relação às seguintes hipóteses excepcionais: a) decisão judicial teratológica; b) decisão judicial contra a qual não caiba recurso; c) para imprimir efeito suspensivo a recurso desprovido de tal efeito; e d) quando impetrado por terceiro prejudicado por decisão judicial.

2. No caso em apreço, o mandado de segurança foi impetrado contra ato judicial que afastou a competência das Varas de Fazenda Pública para processar e julgar a ação de usucapião, por entender não ter sido comprovado que o imóvel situa-se em área de terras públicas a ensejar interesse do Estado. Assim, diante da existência de dúvida razoável sobre o cabimento de agravo de instrumento, na vigência do Código de Processo Civil de 2015, contra decisão interlocutória que examina competência - considerando a existência de entendimentos divergentes no âmbito desta Corte de Justiça e da afetação de recurso especial representativo de controvérsia para discussão desse tema -, entende-se adequada a impetração do *mandamus*.

3. O mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo

# Superior Tribunal de Justiça

ameaçado ou violado por ato ilegal ou abusivo de autoridade, o qual deve ser demonstrado, de plano, pelo impetrante, na petição inicial, por meio da juntada de documentos inequívocos - a chamada prova pré-constituída -, inexistindo, pois, espaço, na via mandamental, para dilação probatória.

4. Na hipótese, é forçoso reconhecer a inexistência de comprovação pelo impetrante do alegado direito líquido e certo. Isso, porque, com a inicial do *mandamus*, não junta nenhum documento que demonstre a alegação trazida, quanto à natureza pública da área discutida na ação de usucapião, a ensejar a competência da Vara de Fazenda Pública para processar e julgar a aludida ação. Argumenta, outrossim, a existência de ação discriminatória, porém não traz aos autos nenhuma informação que corrobore sua afirmação. Além disso, salienta o impetrante, na petição do presente recurso ordinário, que a referida ação discriminatória foi supervenientemente sentenciada, com o reconhecimento de que o imóvel usucapiendo encontra-se inserido em área devoluta. Contudo, também não traz aos autos elementos que confirmem o alegado. Desse modo, diante da ausência de prova pré-constituída, não está demonstrado o direito líquido e certo alegado pelo impetrante para o deslocamento da competência para a Vara de Fazenda Pública.

5. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RMS n. 58.578/SP, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 25/10/2018).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso ordinário para anular o acórdão recorrido determinando que, uma vez superada essa questão preliminar, possa o Tribunal de origem prosseguir no julgamento do mandado de segurança, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator